

1. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO

Dar a conhecer os domínios específicos da política energética nacional e o seu enquadramento com os objectivos gerais da política energética da UE.

De acordo com os órgãos decisórios a nível comunitário, a política energética deve integrar-se nos objectivos gerais da política económica da Comunidade, mormente, a integração do mercado, a desregulamentação, a restrição da intervenção pública ao mínimo indispensável para efeitos de salvaguarda do interesse e do bem-estar públicos, o desenvolvimento sustentável, a defesa do consumidor e a coesão económica e social. Para além destes aspectos de ordem geral, são ainda objectivos especiais da UE prosseguir com uma política energética que vise lograr um equilíbrio neste sector entre competitividade, segurança de aprovisionamento e protecção ambiental.

1.1 Aspectos sectoriais da política energética da UE

Os objectivos da política energética da UE consistem na substituição do petróleo por outros combustíveis, fomentando o consumo de carvão e o aumento da competitividade das capacidades de produção internas, com o propósito de alcançar um crescimento significativo do consumo de combustíveis sólidos. Mas a prossecução destes objectivos encoraja também a prospecção e a exploração de hidrocarbonetos no território da UE, devendo a segurança do abastecimento ser promovida através da diversificação das fontes (os Estados-Membros deverão dispor de reservas dos principais produtos petrolíferos em quantidade equivalente a 90 dias de consumo em igual período do ano anterior).

Nos objectivos da política energética da UE continua a reconhecer-se a importância primordial da energia nuclear. Todavia, reconhece-se ainda hoje alguma

incapacidade a nível comunitário em termos de protecção e segurança desta fonte energética; com efeito, não existem normas comuns para a segurança e as emissões; não existe qualquer processo de consulta comunitário relativo às centrais nucleares fronteiriças; não existem disposições comunitárias claras aplicáveis ao acondicionamento e transporte de combustíveis nucleares ou de resíduos nucleares; há dificuldades na definição de normas básicas de protecção contra radiações; não existe um sistema eficaz de informação e verificação de âmbito comunitário para a eventualidade de acidentes nucleares; não existem planos concertados em caso de catástrofe, etc.

1.2 Energias renováveis

Apesar das meritórias iniciativas conduzidas pela UE, em estreita cooperação internacional, tendo como objectivo a redução do efeito de estufa, continuamos ainda hoje longe de obter resultados satisfatórios. O compromisso da UE neste domínio, de reduzir em 8% até ao período 2008-2012 as emissões de CO₂ em relação a 1990, está longe de ser atingido. Neste contexto, a promoção das energias renováveis constitui um dos principais objectivos da política energética da Comunidade. A quota-parte destas energias renováveis no consumo energético global deverá registar um aumento acentuado, pretendendo-se que representem, no ano 2010, 15% em relação ao consumo total de energia.

1.3 Mercado interno

A realização do mercado interno exige também, ainda no domínio da energia, o desmantelamento de diversas restrições e entraves comerciais, a harmonização das políticas fiscais e de preços, das normas e padrões e das exigências no que respeita ao meio ambiente e à segurança.

1.4 Princípios e objectivos da política energética nacional

As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia procuram visar os seguintes objectivos:

- preservar o interesse nacional;
- promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;
- proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;
- garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional;
- incrementar, em bases económicas, a utilização do gás natural;
- identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia eléctrica nas diversas regiões do País;
- utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento económico dos recursos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- promover a livre concorrência;
- atrair investimentos na produção de energia;
- ampliar a competitividade do País no mercado internacional; e,
- incrementar, em bases económicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

Neste amplo contexto, importa avaliar até que ponto Portugal tem adoptado as medidas adequadas e possui já hoje a capacidade instalada e os instrumentos específicos necessários para satisfazer os consumos internos e os compromissos internacionais a que está necessariamente obrigado.

2. LOCAL E DATA

O colóquio sobre “Os aproveitamentos Energéticos e a Sustentabilidade Ambiental” decorrerá no Auditório Laginha Serafim do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, pólo II da Universidade, no dia 10 de Fevereiro de 2006.

3. ORGANIZAÇÃO

Este colóquio é organizado conjuntamente pela FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, através do seu Departamento de Engenharia Civil, e pela APRH – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, através do seu Núcleo Regional do Centro.

4. COORDENAÇÃO

- **José Simão Antunes do Carmo**
(Coordenador dos Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Engenharia do Ambiente da FCTUC)
- **José Alfeu Sá Marques**
(Presidente do Núcleo Regional do Centro da APRH)

5. PROGRAMA

Período da manhã

10:00 - Sessão de Abertura

- **Doutor João Gabriel Silva**
(Professor Catedrático da FCTUC; Presidente do Conselho Directivo da FCTUC)
- **Doutor Luís Simões da Silva**
(Professor Catedrático da FCTUC; Presidente do Conselho de Departamento do DEC)
- **Doutor José Simão Antunes do Carmo**
(Professor Associado da FCTUC)
- **Doutor José Alfeu Sá Marques**
(Professor Auxiliar da FCTUC)

10:30-12:30 - *Palestras*

10:30 – “Política Energética Nacional”

- **Engenheiro José Penedos**
(Presidente da Rede Eléctrica Nacional)

11:30 – “Contribuição das energias renováveis para a sustentabilidade ambiental ”

- **Doutor Aníbal Traça de Almeida**
(Professor Catedrático da FCTUC)

12:30 - Intervalo para Almoço

Período da tarde

14:30-16:30 - *Palestras*

14:30 – “Desenvolvimento das energias renováveis em Portugal”

- **Engenheiro António Eira Leitão**
(Presidente da HIDROERG)

15:30 – “O conceito de risco associado aos aproveitamentos energéticos”

- **Doutor António Betâmio de Almeida**
(Professor Catedrático do IST-UTL)

6. INFORMAÇÕES

Para informações complementares contactar:
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
a/c Dra. Teresa Cordeiro
Pólo II da Universidade
3030-290 Coimbra
Tel: 239 797 115
Fax: 239 797 123
E_mail: teresa@dec.uc.pt



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL



COLÓQUIO

sobre

Os Aproveitamentos Energéticos e a Sustentabilidade Ambiental

ENTRADA LIVRE

Coimbra - Pólo II

Departamento de Engenharia Civil
Auditório Laginha Serafim

10 de Fevereiro de 2006